

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

PORTARIA Nº 007/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

SAMPAIO-TO, 19 DE JANEIRO 2023

TERMO DE ABERTURA

ASSUNTO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

Nesta data procedo a abertura do presente processo para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

Sampaio/TO, 16 de janeiro de 2023.



LAURICE GOMES DE ALMEIDA
Secretária Administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, c/c artigo 72, inciso "I", ambos da Lei Federal nº
14.133/2021)

REQUISITANTE:

(Art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

(Arts. 6º, incisos XXIII, alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa por dispensa de licitação cujo objeto é Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

2. DA DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA E QUANTITATIVOS DOS ITENS DO OBJETO DO PRESENTE TERMO

ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE	UND	VALOR MENSAL	ANUAL
1	Conexão 100% via fibra óptica	200 Mega	Megas		
				VALOR TOTAL	

2.1- Os preços serão cotados por ITEM, ao final o valor total, visto que a Câmara municipal, pagará de acordo com preços praticados no mercado nacional.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A presente aquisição se faz necessária no sentido de garantir o pleno funcionamento desta Câmara Municipal e o bom funcionamento das suas atividades, a contratação de serviço de acesso à Internet visa possibilitar acesso aos sistemas informatizados de comunicação e os órgãos Estaduais e Federais, garantindo o acesso às ferramentas necessárias a realização dos trabalhos desenvolvidos no Município.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação do objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal o Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (dispensa em razão de baixo valor), sendo em tudo regido pelas condições estabelecidas no que couber em procedimento simplificado de compra, dado caráter dispensável.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA FUTURA CONTRATADA:

CONTRATANTE:

5.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

5.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

5.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

5.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CONTRATADA:

5.5. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste termo contratual;

5.6. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;

5.7. Encaminhar para o tesoureiro da(o) CÂMARA as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;

5.8. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do objeto licitado;

5.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato.

5.10. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

5.11. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

VALOR ESTIMADO

(Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1- As despesas decorrentes do presente contrato, correrá por conta da unidade orçamentária a ser definida pelo tesoureiro:

7. DO PAGAMENTO

7.1- O prazo para pagamento será até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, devidamente atestada pelo setor competente.

7.2- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento do(s) objeto(s) executado(s).

7.3- O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com o(s) objeto(s) efetivamente executado(s).

7.4- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.6- Para fins de pagamento será exigido a regularidade perante as fazendas municipal, estadual e federal, além da regularidade junto ao ministério do trabalho e FGTS.

7.7- Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.1- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8- DAS PENALIDADES

8.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

8.2. A multa prevista neste instrumento será de até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

8.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

8.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

8.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a execução do objeto contratado, para adoção das providências cabíveis;

8.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

9- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10- DA RESCISÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das hipóteses prescritas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11- DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1- Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o presidente da câmara de Sampaio/TO designará um representante, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados;

11.2- Da mesma forma, a contratada deverá indicar um preposto que, se aceito pelo presidente da câmara de Sampaio/TO a representará na execução do Contrato, promovendo obrigatoriamente as correções, reparações, remoções, reconstruções ou substituições, às suas expensas (contratada), que se fizerem necessárias quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto do Contrato, termos da Lei nº 14.133/2021;

11.3- A fiscalização não exclui, nem reduz, a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante

de imperfeições técnicas, vícios repetitórios ou emprego de objeto inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos (nos termos da Lei nº 14.133/2021);

11.4- Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Termo de Referência, agregado à licitação objeto da contratação, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a Câmara municipal de Sampaio/TO.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o fórum da Comarca de Augustinópolis, Estado do Tocantins, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas.

Sampaio- TO, 16 de janeiro de 2023.



LAURICE GOMES DE ALMEIDA
Secretária Administrativa


SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Ao Sr. TESOUREIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
VEROCILDO MATOS DA SILVA
NESTA

Assunto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

A par de cumprimentá-lo, valho-me do presente expediente para informar acerca da existência de dotação orçamentário para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

SAMPAIO/TO, 16 de janeiro de 2023.


LAURICE GOMES DE ALMEIDA
Secretária Administrativa

INFORMAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Da: Tesouraria

Para: Sr. Secretário da Câmara

Em relação solicitação da Secretária da Câmara, acerca da existência de crédito orçamentário para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet, informo-lhe que existe o seguinte crédito orçamentário específico para a realização de tal despesa: **01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO; 01.031.0001.2.001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal; 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - 1500 resultante de impostos.**

Sem mais, aceite meus préstimos de estima e admiração.

SAMPAIO/TO, 17 de janeiro de 2023.



VEROCILDO MATOS DA SILVA
Tesoureiro da Câmara

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Portaria nº 007/2023

Ao Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO/TO
DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA
NESTA,

A par de cumprimentá-lo, valho-me do presente expediente para informar a Vossa Excelência que este poder Legislativo necessita efetuar a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet**, conforme descrição anexa.

Quanto à disponibilidade de dotação orçamentária, vale acrescentar que de acordo com as informações prestadas adiante pela Tesouraria desta Câmara Municipal, as despesas decorrentes do presente procedimento estão disponíveis na seguinte rubrica orçamentária: **01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO; 01.031.0001.2.001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal; 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - 1500 resultante de impostos.**

Sampaio/TO, 17 de janeiro de 2023.



LAURICE GOMES DE ALMEIDA
Secretária Administrativa

DESPACHO

Ante a solicitação da Sra. Secretária da Câmara e da informação de crédito orçamentário, e considerando os termos da RESOLUÇÃO Nº 599/2017 - TCE/TO - Pleno - 13/12/2017, determino o prosseguimento deste procedimento administrativo específico para estudo e Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet, **por Dispensa de Licitação**.

Sampaio/TO, 17 de janeiro de 2023.


DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara

CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

Assunto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

CONSIDERANDO, que em conformidade com o que dispõe o caput da lei federal nº 14.133/2021, com fulcro no artigo 75, inciso II;

CONSIDERANDO, que o valor estimado da prestação de serviços se encontra abaixo dos limites legais estabelecidos na legislação vigente para a forma de contratação;

RESOLVE:

AUTUAR, o presente, sob a forma, número, modalidade e espécie: **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023**, na forma **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023**. Por fim, para que seja instruído o presente procedimento administrativo, providencie-se os ofícios e comunicações de praxe, nos termos das disposições contidas no DESPACHO da Secretaria Administrativa.

Sampaio - TO, 17 de janeiro de 2023.



LAURICE GOMES DE ALMEIDA
Presidente da CPL

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2023

REQUERENTE: Secretaria Administrativa

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

I – DA NECESSIDADE DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

A presente aquisição se faz necessária no sentido de garantir o pleno funcionamento desta Câmara Municipal e o bom funcionamento das suas atividades, a contratação de serviço de acesso à Internet visa possibilitar acesso aos sistemas informatizados de comunicação e os órgãos Estaduais e Federais, garantindo o acesso às ferramentas necessárias a realização dos trabalhos desenvolvidos no Município.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Presente Dispensa de Licitação baliza-se em razão do valor, como o legislador elegeu a sua melhor caracterização, trazendo no contexto legal duas possibilidades, sendo um para contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e, o outro, quando se tratar de outros serviços e compras, conforme diploma legal abaixo citado:

" Artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021

- É dispensável a licitação:

I - **Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;**

II - **Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.**

Acerca de valores, cumpre informa que os valores referentes as hipóteses de dispensa foram devidamente atualizadas através do Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022 – Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, vejamos a tabela com novos valores:

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, caput , inciso XXII	R\$ 228.833.309,04 (duzentos e vinte e oito milhões oitocentos e trinta e três mil trezentos e nove reais e quatro centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 70, caput , inciso III	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 75, caput , inciso I	R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos)
Art. 75, caput , inciso II	R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)
Art. 75, caput , inciso IV, alínea "c"	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 9.153,34 (nove mil cento e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 11.441,66 (onze mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos)

Fonte: Presidência da República, Secretaria-Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos

Considerando o que constam nos autos, dada a compatibilidade do objeto, este procedimento encontra-se fundamentado na LEI FEDERAL N 14.133/2021, Com Fulcro No Artigo 75, Inciso II.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DO(A) CONTRATADO(A) (Art. 72, VI, Lei nº 14.133/2021)

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades da câmara Municipal de Sampaio/TO, atendendo à demanda da(o) Secretaria administrativa de Sampaio/TO, nos termos da lei federal n 14.133/2021, Com Fulcro No Artigo 75, Inciso II, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

Em que pese, a escolha do preponente se deu em função de ser aquele que atende aos requisitos da proposta mais vantajosa, seja por ter apresentado o melhor preço entre os requisitados, seja por que a finalidade objetiva para a contratação foi perfeitamente obtida nos autos do processo em apreço.

IV – JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art. 72, VII, Lei nº 14.133/2021)

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços se encontram compatível com a realidade mercadológica.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com o(a) preponente conforme descrito no quadro abaixo, levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Vencedor	Valor total
NETFACIL ISP TELECOM	3.598,80

X – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que eles estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

ADEMAIS, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do produto em questão, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

DESTA FORMA, com base na documentação acostada aos presentes autos administrativos, devidamente justificado e demonstrando a sua necessidade no termo de solicitação e observando os critérios estabelecidos pelo solicitante em seu termo de referência, conclui-se pela **CONTRATAÇÃO** da empresa selecionada no item **“IV – JUSTIFICATIVA DO PREÇO”** pelos motivos aqui expostos.

Remetam-se aos autos ao setor competente para adjudicação e publicação.

Sampaio - TO, 18 de janeiro de 2023.



LAURICE GOMES DE ALMEIDA

Presidente da CPL



PROPOSTA COMERCIAL DE LINK DE INTERNET

À

CÂMARA DE VEREADORES – SAMPAIO TO

CNPJ: 03.239.140/0001-05

A/C: NILVANIR

RUA MANOEL MATOS S/N, CENTRO – Cidade de Sampaio-TO

SETOR COMERCIAL

Proposta de LINK DE INTERNET na modalidade, descrito conforme tabela abaixo:

VELOCIDADE	DESCRIÇÃO	MENSAL	ANUAL
200 MEGA	Conexão 100% Via Fibra Óptica	R\$: 299,90	R\$: 3.598,80

S.BARROS DE SOUZA EIRELI

CNPJ: 26.431.299/0001-22

Contatos:

(99)99138-1005/ 0800 071 2643

Email:contato@netfacilbandalarga.com.br

Rua Dom Marcelino nº 1190, CEP 65.912-190
Inscrição Estadual nº 125076215, Inscrição Municipal nº 958018.
Imperatriz-MA 18/01/2023



A
CÂMARA DE VEREADORES SAMPAIO-TO.
CNPJ: 03.239.140/0001-05
RUA MANOEL MATOS, S/N - CENTRO
CEP: 77980-000

Proposta Comercial de Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia - SCM .


Por esta proposta o Cliente abaixo qualificado contrata e adere ao Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, com recursos para acesso à INTERNET, junto à ITZ INFORMATICA LTDA.

Sabemos que cada cliente possui uma necessidade de acesso diferente e personalizada. Oferecemos planos de Internet banda-larga diferenciados e flexíveis que visam atender todo tipo de necessidade. Com a garantia mínima de 80% da banda Contratada

Plano de Acesso Empresarial

PLANO	VAL. MENS.
VIA FIBRA OPTICA 500 MEGA	R\$ 499,90

Prazo de instalação entre 10 a 15 dias úteis, podendo ser prorrogado em caso de fatores alheios à responsabilidade da ITZ.NET.


Assinatura Responsável

97.521.407/0001-04
ITZ INFORMATICA LTDA
Rua Coriolano Milhomem, 428 B
Centro
CEP: 65.901-170
Imperatriz MA

IMPERATRIZ - MA, 18 JANEIRO 2023.

ITZ.NET – Tecnologia e Qualidade ao Seu Alcance
Rua Coriolano Milhomem, 428b – Centro (Esquina c/ Santa Tereza)
Imperatriz / MA Cep 65907-170 CNPJ 97.521.407/0001-04 I.E 12.362.368-5
FONE: (99) 99107-4044



Razão Social: ViaNet Telecomunicações LTDA
CNPJ: 23.531.086/0001-84

E-mail: vianet.ltda@hotmail.com.br

End.: Rua Raimundo de Moraes, 443
Bairro: Santa Rita
Cep: 65.919-030 Imperatriz - MA

Vendedor: Jackson M.M.Lima

Fone: (99)3017-3499

PROPOSTA COMERCIAL DE LINK DE INTERNET

A

CLIENTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SAMPAIO-TO

CNPJ: 03.239.140/0001-05

ORGÃO: CÂMARA

RUA MANOEL MATOS S/N, - CENTRO CIDADE: SAMPAIO-TO

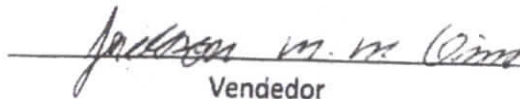
CEP: 77980-000

VELOCIDADE	DESCRIÇÃO	MENSAL	ANUAL
350 MEGAS	VIA FIBRA ÓPTICA	R\$ 399,90	R\$ 4.798,80

Instalação em até 15 dias mediante aprovação do cliente;

Atenciosamente,

Vianet Telecomunicações Ltda
CNPJ: 23.531.086/0001-84
Jackson M. M. Lima
CPF: 048.941.413-37 - Titular


Vendedor

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2368977930

NOME
SUELLEM BARROS DE SOUZA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
162154020018 GEJ MA

CPF DATA NASCIMENTO
006.295.193-90 29/12/1983

FILIAÇÃO
JOAQUIM PINHEIRO DE SOUZA
NATALIA MARIA BARROS DE SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HABIL
AB

Nº REGISTRO VALIDADE IP HABILITAÇÃO
05643558620 18/05/2032 19/11/2012



OBSERVAÇÕES

PROIBIDO PLASTIFICAR
2368977930

Suellem Barros de Souza
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO
SAO LUIS, MA 19/05/2022

[Signature]
74887698583
MA047225270
ASSINATURA DO EMISSOR

MARANHÃO

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.431.299/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/10/2016
NOME EMPRESARIAL S. BARROS DE SOUZA EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NETFACIL ISP TELECOM			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO R DOM MARCELINO		NÚMERO 1190	COMPLEMENTO SALA A
CEP 65.912-190	BAIRRO/DISTRITO VILA NOVA	MUNICÍPIO IMPERATRIZ	UF MA
ENDEREÇO ELETRÔNICO RJCONTLTD@GMAIL.COM		TELEFONE (99) 9138-1005	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/10/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/07/2022** às **16:24:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA
  VOLTAR
  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.431.299/0001-22
Razão Social: S BARROS DE SOUZA ME
Endereço: RUA DOM MARCELINO 1190 / VILA NOVA / IMPERATRIZ / MA / 65912-190

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

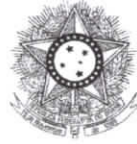
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2023 a 02/02/2023

Certificação Número: 2023010403532951159050

Informação obtida em 16/01/2023 17:46:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S. BARROS DE SOUZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.431.299/0001-22
Certidão n°: 1719807/2023
Expedição: 12/01/2023, às 12:39:35
Validade: 11/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S. BARROS DE SOUZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **26.431.299/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GESTÃO ORÇAMENTARIA - SEFAZGO
CNPJ: 06.158.455/0001-16
Rua Godofredo Viana 722/738, Centro CEP: 65901-480 - Imperatriz-MA



29/11/2022 10:21:00
USUÁRIO:ANONYMOUS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 23814/2022
AUTENTICAÇÃO:STDR-T0HR

A Prefeitura do Município de Imperatriz - MA, por intermédio do departamento de arrecadação, **CERTIFICA**, a pedido da pessoa interessada, que o contribuinte **S. BARROS DE SOUZA EIRELI**, devidamente Inscrito(a) sob o CNPJ **26.431.299/0001-22** abaixo qualificado, encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, não constando débitos referentes a Tributos municipais, inscritos ou não em **Dívida Ativa**, até a presente data.

Reserva-se o direito de a Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos posteriormente comprovados, ou que venham a ser apurados, hipótese prevista no Código Tributário Municipal - CTM e prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº5.172/1966.

DADOS DA EMPRESA:

CNPJ: 26.431.299/0001-22

Razão Social: S. BARROS DE SOUZA EIRELI

Endereço: DOM MARCELINO, 1190 SALA A VILA NOVA

Inscrição: 958018-9

Enquadramento: ISS HOMOLOGADO

Data de Início: 26/10/2016

Atividade Principal: 6110803-SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA - SMC

Nome Fantasia: NETFACIL ISP TELECOM

A Referida Certidão terá validade até **20/01/2023**.

IMPERATRIZ-MA, 29/11/2022.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 204707/22

Data da

20/10/2022 11:48:19

Inscrição Estadual: 125076215

CPF/CNPJ: 26431299000122

Razão Social: S BARROS DE SOUZA EIRELI

Endereço: RUA DOM MARCELINO, 1190 SALA A CEP: 65912190 - VILA NOVA

Telefone: (99)91381005

Município: IMPERATRIZ

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 17/02/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S. BARROS DE SOUZA EIRELI
CNPJ: 26.431.299/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:46:06 do dia 20/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/03/2023.

Código de controle da certidão: **4031.B468.85B5.A4B0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S. BARROS DE SOUZA LTDA
CNPJ: 26.431.299/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:47:34 do dia 09/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/07/2023.

Código de controle da certidão: **07BB.6688.399F.2205**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ao
DEPARTAMENTO JURÍDICO
Nesta.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2023
POTARIA: 007/2023
REQUERENTE: Secretaria Administrativa

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.


Senhor Procurador,

Por meio do presente e, em atendimento ao despacho proferido pelo Secretário de Administração, e ainda, em cumprimento ao Parágrafo Único do art. 38 da lei 14.133 de 01 de abril de 2021, solicito de Vossa Senhoria Parecer Jurídico referente ao **Processo Administrativo nº 007/2023**, na forma de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

No aguardo do pronto atendimento, antecipo agradecimentos.

Sampaio - TO, 18 de janeiro de 2023.

Atenciosamente,


LAURICE GOMES DE ALMEIDA
Secretária Administrativa

PARECER JURIDICO

DISPENSA Nº 005/2023
PROCESSO Nº 007/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

I – RELATÓRIO.

Tratam os autos de procedimento administrativo encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer quanto à possibilidade de Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

A aquisição se dará por dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Consta nos autos, o Memorando solicitando a aquisição supra com a meta financeira, Termo de Referência especificando o objeto da demanda, bem como o relatório de cotação.

O Termo de Referência aponta um valor médio de **R\$ 3.598,80** (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Eis o que bastava relatar.

Passo a opinar.

II – FUNDAMENTOS.

Inicialmente, vislumbro que para a contratação pretendida o Órgão Público contratante se propõe a utilizar-se dos critérios da nova Lei de



Licitação e Contratos da Administração Pública – Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

A mencionada Lei estabelece novo regime jurídico para as licitações e contratações públicas, propõe em seus dispositivos a unificação de vários procedimentos constantes em diplomas legais e infralegais que antes tutelavam os procedimentos licitatórios e os contratos administrativos.

Esclarece-se que a nova Lei adentrou no nosso ordenamento jurídico sem que lhe fossem instituídas uma *vacatio legis*, o diploma legal postergou a revogação da Lei 8666, de 1993, da Lei n.º 10.520, de 2002, e dos artigos 1.º a 47 da Lei n.º 12.462, de 2011, para após 2 (dois) anos da sua publicação.

A escolha pela utilização da Lei 8666/1993 ou da Lei 14.133/2021 será feita pela Administração responsável pela licitação e contratação. Contudo, Tribunais Superiores, Juristas e Doutrinadores reconhecem que a Administração Pública deverá, ou escolher uma ou a outra, e jamais poderá se utilizar das duas normas ao mesmo tempo em suas contratações, sob pena de trazer insegurança jurídica às suas contratações.

Como o diploma é bem recente, tem-se que os Estados do Tocantins, bem como os demais entes federados, ainda não elaboraram seus procedimentos administrativos acerca de itens dispostos na nova Lei de Licitações. Deste modo, a análise da solicitação da pretensa contratação, se utilizará, de forma subsidiária, quando necessário, de normativos federais e estaduais ainda vigentes, e que venham a se mostrar plausíveis com os ditames da Lei 14.133/2021.

Assim, passo à análise jurídica da contratação pretendida.



Preliminarmente, vislumbro que a rigor do Decreto Estadual n.º 4.733, de 07 de fevereiro de 2013, são prescindíveis de envio à Procuradoria Geral do Estado os casos de dispensa de licitação, conforme o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 75. Por consequência, a análise do controle prévio de legalidade deverá ser realizada no final da preparatória pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração, a rigor do artigo 53 da nova Lei de Licitações 14.133/2021.

A pretendida contratação tem seu fundamento legal no artigo 72 da Lei 14.133/2021, que possibilita a Administração a realização de processo de contratação direta, sendo compreendidos nestes casos a **dispensa** e a inexigibilidade de licitação.

Neste diapasão, convém rememorar os ensinamentos de Ronny Charles Lopes Torres:

"Quando o Legislador prevê as hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não sirva ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica." (Juspodivm,2010.)

Corroborando neste entendimento, Joel de Menezes Niebuhr afirma que "a dispensa de licitação pública ocorre só quando seria possível a competição, porém, se dessa maneira se procedesse, impedir-se-ia a satisfação do interesse público." (Fórum, 2011).



Então da análise da doutrina vem também o entendimento de que a dispensa de uma licitação pública é modo pelo qual se satisfará o interesse público desejável, porém, a dispensa também estará vinculada a determinado rito ordenado de atos que deve obediência aos princípios e ritos licitatórios, devendo observar os ditames procedimentais previstos na norma geral de licitações.

No caso dos autos em análise, observa-se que a Pasta fez levantamento estimativos de suas necessidades e, após pesquisa de preços, levantou-se que o valor médio de sua contratação será **R\$ 3.598,80 (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**, sendo este valor um montante que se enquadra nos requisitos de dispensa de licitação dispostos no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme colaciono:

Art. 75. É **dispensável a licitação**:

I - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - **Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.**

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: (..)

Acerca de valores, cumpre informa que os valores referentes as hipóteses de dispensa foram devidamente atualizadas através do Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022 – Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, vejamos a tabela com novos valores:



ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, caput , inciso XXII	R\$ 228.833,309,04 (duzentos e vinte e oito mil e oitocentos e trinta e três mil trezentos e nove reais e quatro centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 70, caput , inciso III	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 75, caput , inciso I	R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos)
Art. 75, caput , inciso II	R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)
Art. 75, caput , inciso IV, alínea "c"	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 9.153,34 (nove mil cento e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 11.441,66 (onze mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos)

Fonte: Presidência da República, Secretaria-Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos

Resta, portanto, configurada que em razão do valor a presente dispensa resta expressamente prevista na nova lei de licitações e decreto supramencionado.

A exigência da realização de licitação tem seu nascedouro na Carta Política de 1988 no artigo 37, inciso XXVI, porém a própria Carta traz a situação da ressalva dos casos especificados em lei, o que se amolda nos termos do artigo 75 da Lei 14.133/2021, que apresenta a Administração a possibilidade da dispensável licitação, para em razão de valores.

Da análise da situação fática aqui disposta, a aquisição pretendida atende às finalidades precípuas da Administração Pública em suma. Contudo, está se encaixa no campo discricionário do Gestor, que objetivamente encontra na lei a possibilidade de escolher o que se afigurará melhor ao caso concreto.

No caso da pretensa contratação, verifico que se enquadra nas definições de bens e serviços comuns, conforme definido no artigo 6º,



inciso XIII da Lei 14.133/2021, pois seus padrões e qualidades, podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Quanto ao critério de contratação dos serviços a Pasta informa no Termo de Referência, no item Julgamento, que será **selecionada a proposta mais vantajosa** para a Administração.

Em que pese o debate **acerca da melhor proposta** ofertado, impende salientar, que mesmo sendo possível optar-se pela proposta mais vantajosa, a Pasta não deverá se descuidar do aspecto qualidade, pois nos termos da Novel Lei de Licitações, não se pode fugir dos parâmetros mínimos de qualidade, estes devem estar bem definidos quando da contratação, colaciono o dispositivo da lei:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, **atendidos os parâmetros mínimos de qualidade** definidos no edital de licitação.

Os aspectos dos parâmetros de qualidade e da forma da execução dos serviços contratados devem estar informados no Termo de Referência, que é documento necessário para a contratação de bens e serviços. No referido termo deverá conter a definição do objeto, os quantitativos estimados acompanhados dos preços, os fundamentos da contratação, o modelo de gestão e fiscalização da ordem de fornecimento/serviço. Tais elementos, entre outros, descritos no inciso XXIII do caput do artigo 6º da Lei 14.133/2021 devem ser também replicados no instrumento contratual.



Neste aspecto, o termo de referência encontra-se colacionado aos autos, verifica-se que constam todos os elementos descritivos como o prazo da duração do contrato, e a possibilidade de prorrogação da contratação, a esboço da lei 14.133/2021 (inciso XXIII, artigo 6º, alínea a).

Como o procedimento em espeque trata-se de aquisição de itens de consumo comum, sobreleva ressaltar que a nova Lei 14.133/2021 traz vedação à aquisição de itens de consumo de qualidade superior à que realmente é necessária para atender às finalidades que se destinam. O artigo 20 expõe então a vedação à aquisição de artigos de luxo, onde os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário vão definir sobre regulamentos que estabeleçam como serão definidos esses itens, vejamos:

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

No que tange a instrução processual, vislumbro que os itens presentes podem atender aos requisitos dispostos no artigo 18, da Lei 14.133/2021. Os autos processuais apresentam elementos pontuados na lei, nessa fase preparatória, que são: o **termo de referência** - que define o objeto e as condições da execução e de pagamento, traz a **justificativa a disponibilidade financeira, a ordem de fornecimento/serviço, bem como as composições dos preços**, e os instrumentos orçamentários.

No presente certame, a Administração Municipal visa adquirir os produtos constantes no objeto por meio de ordem de



fornecimento/serviço, conforme permite o artigo 95, inciso I da Nova Lei de licitações, vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra **ou ordem de execução de serviço:**

I - Dispensa de licitação em razão de valor;

Ou seja, caso obedecidas as recomendações supra, bem como utilização dos critérios estabelecidos acima na elaboração da ordem de fornecimento/serviço, pugnamos pela regularidade jurídica do presente procedimento.

Por fim, recomenda-se que quando da realização da contratação sejam observados os aspectos legais de habilitação jurídica e de habilitação fiscal (certidões válidas), principalmente no que tange aos requisitos dispostos em leis especiais, como a legislação trabalhista, nos termos dos artigos 62 a art. 65, artigos 66 e artigo 67 e art. 68 da Lei 14.133/2021.

De outro Norte, considerando que a escolha da pretensa contratada faz parte dos atos finais do procedimento, orienta-se que, por ocasião da escolha do melhor proponente, seja juntada uma justificativa demonstrando a vantajosidade da contratação.

III – CONCLUSÃO.

Pelo exposto, abstendo-se quanto à apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, e cingindo-se à análise do mérito legal da contratação direta, e desde que atendidas às ressalvas destacadas no presente opinativo, reputa-se não haver óbice ao prosseguimento do feito.



Ressalta-se que foge da competência da parecerista se imiscuir em searas de conhecimento que são de natureza técnica, assim os relatórios de valores e de evidências de qualidade técnica dos bens e serviços adquiridos, não foram analisados neste parecer, razão pela qual a equipe técnica deverá atentar-se nestes aspectos.

É o parecer, s.m.j.

Remeta-se a autoridade superior para apreciação e decisão de prosseguimento.

Sampaio/TO, 19 de janeiro de 2023.



ODEAN DA SILVA LIMA QUEIROZ
OAB/TO 8679

À
CONTROLE INTERNO

Nesta.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2023

REQUERENTE: Secretaria Administrativa

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

PROCESSO

Senhora Controladora,

Por meio do presente e, em atendimento ao despacho proferido pela Secretária Administrativa, e ainda, em cumprimento ao Parágrafo Único do Artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, solicito de Vossa Senhoria que se manifeste através de **PARECER PRÉVIO** sobre o **Processo Administrativo nº 007/2023**, na forma de DISPENSA DE LICITAÇÃO.

No aguardo do pronto atendimento, antecipo agradecimentos.

Sampaio - TO, 19 de janeiro de 2023.

Atenciosamente,



LAURICE GOMES DE ALMEIDA

Presidente da CPL

PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 007/2023

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 005/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

VALOR: R\$ 3.598,80 (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

À presidente da CPL

Ocorreu que chegou nesta controladoria o processo acima especificado, para análise e parecer quanto à possibilidade de realizar dispensa de licitação para o objeto supracitado, com fundamento no Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21.

Ressalte-se que a exigibilidade de licitar é a regra geral, conforme dispõe a Constituição Federal, Art. 37, inciso XXI, bem como, no Art. 75 da Lei 14.133/21.

Excepcionalmente, contudo, está o administrador autorizado a deixar de licitar, efetuando a contratação direta nos casos previstos nos 74 (inexigibilidade) e 75 (dispensa) da referida Lei 14.133/21.

Considerando ainda o disposto no Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, é dispensável Licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. Contudo deve-se observar as formalidades previstas no Art. 72 da referida lei.

Acerca de valores, cumpre informa que os valores referentes as hipóteses de dispensa foram devidamente atualizadas através do Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022 – Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, vejamos a tabela com novos valores:

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, caput , inciso XXII	R\$ 228.833.309,04 (duzentos e vinte e oito milhões oitocentos e trinta e três mil trezentos e nove reais e quatro centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 70, caput , inciso III	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 75, caput , inciso I	R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos)
Art. 75, caput , inciso II	R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)
Art. 75, caput , inciso IV, alínea "c"	R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 9.153,34 (nove mil cento e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 11.441,66 (onze mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos)

Fonte: Presidência da República, Secretaria-Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos

Quanto aos autos constatamos que:

- ✓ Há solicitação direta da autoridade competente permitindo o início do processo de contratação;
- ✓ Consta levantamento de preço;
- ✓ O termo de dispensa aprovado e Parecer Jurídico favorável à Dispensa de Licitação;
- ✓ As justificativas, fundamentações legais, razão da escolha do fornecedor e a fonte de recurso apontadas pelo financeiro da Secretaria de Administração;
- ✓ Certidões de regularidade fiscal Federal, Estadual e Municipal, Negativas de Débitos Trabalhistas, encontram-se regular, em anexo, conforme preceitua o art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988 c/c Lei 14.133/21. (fica observação para atualização da certidão de Débito do FGTS).

CONCLUSÃO

Conclui-se, que o processo administrativo em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste setor de controle interno. Diante do exposto, concluímos que os autos se assemelham

estarem revestidos da legalidade necessária, e em conformidade com análise jurídica.

MANIFESTA-SE, portanto:

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de sua publicação conforme § único do Art. 72 da Lei 14.133/21.

Retorne os autos ao secretário de Admiração para o conhecimento desta manifestação e adoção das providências cabíveis, incluindo execução contratual, pois o referido processo encontra-se apto a gerar despesas a este órgão.

É o Parecer,

Ante ao exposto, e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes a conveniência e oportunidade, ato exclusivo da Administração, e em observação ao parecer Jurídico o qual está de acordo com o Ato, deste modo encaminhado processo para consideração e/ou deliberação superior.

Sampaio/TO, 19 de janeiro de 2023.



HIEDA DA SILVA MELO

Controle Interno

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

AUTORIZAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, APÓS ACATO DO PARECER JURÍDICO DESTA ENTIDADE, E PARECER DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM FAVOR DA EMPRESA **NETFACIL ISP TELECOM**, inscrita no CNPJ nº 26.431.299/0001-22, DESTINADO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROVEDOR DE LINK DE INTERNET**, COM FUNDAMENTO NO INCISO II DO ART. 75 DA LEI 14.133/21, QUE DEFINE QUE É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO QUE ENVOLVA VALORES INFERIORES A R\$ 57.208,33 (CINQUENTA E SETE MIL DUZENTOS E OITO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), NO CASO DE OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS, COM VALOR TOTAL DE R\$ 3.598,80 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

PUBLIQUE-SE,

Sampaio/TO, 19 de janeiro de 2023.


DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2023

DEPAR. REQUERENTE: Secretaria Administrativa

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

No dia 19 de janeiro de 2023, após análise e posterior Parecer do Controle Interno e assessoria jurídica desta Câmara, e não havendo impedimento legal para a contratação referente ao **Processo Administrativo nº 007/2023, Dispensa de Licitação nº. 005/2023**, a Autoridade Competente, Sr.ª **DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA**, presidente desta câmara, **ADJUDICA** a empresa **NETFACIL ISP TELECOM** inscrita no **CNPJ nº 26.431.299/0001-22**, sediada na Rua Dom Marcelino, Nº 1190, Vila Nova, Imperatriz/MA, CEP 65912-190 que apresentou o valor global de **R\$ 3.598,80 (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**, o respectivo objeto do processo, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação e nos termos da **JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA E PREÇO**.

ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE	UND	VALOR MENSAL	ANUAL
1	Conexão 100% via fibra óptica	200 Mega	Megas	299,99	3.598,80
				VALOR TOTAL	3.598,80

Nada mais a tratar, o Pregoeiro deste Município encerra os trabalhos com a lavratura deste Termo de Adjudicação que, depois de lido e achado conforme vai assinado, sendo posteriormente submetido à apreciação da Autoridade Competente, Sr.ª **DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA, Presidente desta câmara**, para, se assim entender e concordar, promover a Homologação dos serviços, conforme detalhados acima.

Sampaio - TO, 19 de janeiro de 2023.



LAURICE GOMES DE ALMEIDA

Presidente da CPL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2023

DEPAR. REQUERENTE: Presidente da Câmara

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

No dia 19 de janeiro de 2023, após análise e posterior Parecer do Controle Interno e assessoria jurídica desta Câmara, e não havendo impedimento legal para a contratação referente ao **Processo Administrativo nº 007/2023, Dispensa de Licitação nº. 005/2023**, a Autoridade Competente, Sr. ° **DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA**, presidente desta câmara, **ADJUDICA** a empresa **NETFACIL ISP TELECOM** inscrita no **CNPJ nº 26.431.299/0001-22**, sediada na Rua Dom Marcelino, Nº 1190, Vila Nova, Imperatriz/MA, CEP 65912-190 que apresentou o valor global de **R\$ 3.598,80 (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**, o respectivo objeto do processo, conforme indicado no quadro Resultado da Homologação.

ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE	UND	VALOR MENSAL	ANUAL
1	Conexão 100% via fibra óptica	200 Mega	Megas	299,99	3.598,80
				VALOR TOTAL	3.598,80

Sampaio - TO, aos 19 de janeiro de 2023.


DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023
CONTRATO Nº 007/2023

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Sampaio e a empresa **NETFACIL ISP TELECOM**, na forma a seguir:

CAMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO - TO, pessoa jurídica de direito público interno de administração direta, com sede na Rua Manoel Matos s/n Centro, Sampaio Tocantins – TO, inscrita do CNPJ (MF) sob o N.º 03.239.140/0001-05, neste ato representada pelo ordenador(a) de despesa: o **Sr. DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, Presidente da Câmara, residente e domiciliado na Rua Manoel Matos, s/nº, centro, no município de Sampaio – TO, portador do RG nº 436.484 SSP/TO e CPF nº 930.180.451-59, infra-assinado, e a empresa **NETFACIL ISP TELECOM** inscrita no CNPJ nº **26.431.299/0001-22**, sediada na Rua Dom Marcelino, Nº 1190, Vila Nova, Imperatriz/MA, CEP 65912-190, neste ato representada por sua sócia proprietária a Senhora **SUELLEM BARROS DE SOUZA**, brasileira, empresária, portadora do **CPF: 006.295.193-90**, residente e domiciliado na Rua Dom Marcelino, Nº 1190, Vila Nova, Imperatriz/MA, CEP 65912-190 adiante firmado, consoante os termos do instrumento de contrato que se integra a este ajuste como se nele estivesse transcrito.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este contrato fundamenta-se na LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 – A vigência da contratação será de 17 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 podendo ser prorrogado de acordo com a lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

3. As despesas decorrentes do presente contrato, correrá por conta da unidade orçamentária a seguir:

01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO; 01.031.0001.2.001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal; 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - 1500 resultante de impostos.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 – O valor global deste contrato é de **R\$ 3.598,80 (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)** dividido em 12 (doze) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 299,90 (Duzentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**, observando o efetivo fornecimento dos serviços conforme abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE	UND	VALOR MENSAL	ANUAL
1	Conexão 100% via fibra óptica	200 Mega	Megas	299,99	3.598,80
				VALOR TOTAL	3.598,80

4.2. - O pagamento referente a execução dos serviços será efetuado mediante emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada quanto a execução dos serviços, mediante apresentação do certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF, e Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e prova de inexistência de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

5.2. A multa prevista neste instrumento será de até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

5.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

5.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

5.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

5.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a execução do objeto contratado, para adoção das providências cabíveis;

5.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

6.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

6.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

6.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

6.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste termo contratual;
- 6.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 6.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) SECRETARIA ADMINISTRATIVA as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 6.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do objeto licitado;
- 6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato.
- 6.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 6.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

- 7.1 – Vedada o fornecimento de serviços adverso do descrito no objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 8.1 – O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

- 9.1- Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

9.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Augustinópolis, Estado do Tocantins, em relação a qualquer outro para dirimir as dúvidas, casos omissos e outros que porventura surjam durante a vigência do presente contrato e depois de esgotadas todas as vias administrativas.

9.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Sampaio - TO, 19 de janeiro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO

CNPJ: 03.239.140/0001-05

DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA

CPF: 930.180.451-59

CONTRATANTE

NETFACIL ISP TELECOM

CNPJ: 26.431.299/0001-22

SUELLEM BARROS DE SOUZA

CPF: 006.295.193-90

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO
CPF: _____

NOME COMPLETO
CPF: _____

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 007/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO:007/2023
CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO**
CONTRATADO: **NETFACIL ISP TELECOM**

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

Vigência: 19 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

VALOR GLOBAL **3.598,80 (Três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**

Sampaio - TO, 19 de janeiro de 2023.


DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Dispensa de licitação nº 005/2023
Processo administrativo nº 007/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Provedor de Link de Internet.

Dispõe sobre a designação de servidor público para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato.

Senhor presidente **DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato entre a Secretária de Administração de Sampaio/TO E **NETFACIL ISP TELECOM**.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR a servidora **HIEDA DA SILVA MELO**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

Art. 2º- Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º- Dê-se ciência ao servidor designado e publique-se.

Art. 4º- Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sampaio/TO, 19 de janeiro 2023.

Domingos Rodrigues da Silva

DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA

Presidente da Câmara